

Convite

- Consulta Prévia -

CPV40/2024

Aquisição de Fruta da Época
Ano letivo 2024/2025

ÍNDICE

Secção I – Disposições Gerais	3
Artigo 1.º – Identificação do Procedimento.....	3
Artigo 2.º – Entidade Adjudicante.....	3
Artigo 3.º – Decisão de Contratar	3
Artigo 4.º – Fundamento da Escolha do Procedimento	3
Artigo 5.º – Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento.....	3
Artigo 6.º – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento.....	4
Artigo 7.º – Negociação	4
Secção II – Apresentação das Propostas	5
Artigo 8.º - Propostas.....	5
Artigo 9.º – Documentos que Constituem as Propostas	5
Artigo 10.º - Apresentação de Propostas Variantes	5
Artigo 11.º – Idioma dos Documentos das Propostas	5
Artigo 12.º – Modo de Apresentação das Propostas.....	6
Artigo 13.º – Prazo para Apresentação das Propostas	6
Artigo 14.º – Prazo de Manutenção das Propostas	7
Artigo 15.º - Análise das Propostas.....	7
Artigo 16.º - Esclarecimentos sobre as Propostas	7
Secção III – Seleção do Adjudicatário.....	8
Artigo 17.º – Critério de Adjudicação	8
Artigo 18.º – Relatório Preliminar	9
Artigo 19.º – Audiência Prévia	9
Artigo 20.º – Relatório Final.....	10
Artigo 21.º – Adjudicação no Caso de Apresentação de Uma Única Proposta	10
Artigo 22.º - Notificação da Adjudicação	10
Artigo 23.º – Documentos de Habilitação	11
Artigo 24.º – Caução.....	12
Secção IV – Celebração do Contrato	12
Artigo 25.º Minuta do Contrato	12
Artigo 26.º - Contrato	13
Secção V – Disposições Finais.....	13
Artigo 27.º - Legislação Aplicável	13
Artigo 28.º Anexos	13

Secção I – Disposições Gerais

Artigo 1.º – Identificação do Procedimento

O presente procedimento é designado por “**Aquisição de Fruta da Época - Ano letivo 2024/2025**”.

Artigo 2.º – Entidade Adjudicante

Para efeitos do presente procedimento, é Entidade Adjudicante o Município de Coruche, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Liberdade, 2100-121 Coruche, número de identificação de pessoa coletiva 506 722 422, com telefone n.º +351 243 610 200, endereço de correio eletrónico: geral@cm-coruche.pt, e é utilizada a seguinte plataforma eletrónica de contratação pública: “acinGov”, no endereço <https://www.acingov.pt>.

Artigo 3.º – Decisão de Contratar

Ao abrigo no disposto no n.º 1 do artigo 36º do CCP, a decisão de contratar relativa ao presente procedimento foi tomada pela **Senhora Vereadora, Eng.ª Fátima Galhardo**, em **23-08-2024**, no uso de competência delegada através do despacho do Senhor Presidente da Câmara de 18-10-2021, registado sob o n.º 7675.

Artigo 4.º – Fundamento da Escolha do Procedimento

A escolha do procedimento de consulta prévia foi tomada com fundamento na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, bem assim pelo facto de a Entidade Adjudicante não dispor de recursos próprios para garantir a necessidade pública em questão.

Artigo 5.º – Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. O Convite e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis para consulta na sede da Entidade Adjudicante nos dias úteis das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00, desde o dia do envio do convite até ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

2. O Convite e o Caderno de Encargos encontram-se ainda disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública: "acinGov", no endereço <https://www.acingov.pt>, utilizada pela Entidade Adjudicante.

Artigo 6.º – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito ao júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. No prazo referido no número anterior, devem ainda as entidades convidadas apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, o júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelas entidades convidadas, bem como, o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.
4. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 4, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como, prestar quaisquer esclarecimentos.
6. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo as entidades convidadas imediatamente notificadas desse facto.
7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º – Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Secção II – Apresentação das Propostas

Artigo 8.º - Propostas

1. Nas propostas, as entidades convidadas manifestam a sua vontade de celebrar o contrato, bem como, os termos pelos quais se dispõem a fazê-lo.
2. As propostas apresentadas pelas entidades convidadas devem respeitar as características e condições previstas nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.
3. As propostas serão excluídas se não obedecerem a todas as características técnicas exigidas.
4. Quaisquer encargos relativos à elaboração das propostas, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados pelas entidades convidadas.

Artigo 9.º – Documentos que Constituem as Propostas

1. As propostas são constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos;
 - b) Formulário da proposta, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III ao presente convite com a indicação dos preços unitários propostos e do preço total proposto.

As declarações e os documentos referidos neste ponto devem ser todos assinados individualmente, através de assinatura digital qualificada da entidade convidada ou de representante que tenha poderes para a obrigar.

2. As entidades convidadas poderão apresentar outros elementos que considerem de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado nas peças do presente procedimento.

Artigo 10.º - Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º – Idioma dos Documentos das Propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram as propostas sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 12.º – Modo de Apresentação das Propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.
2. As propostas e respetivos documentos deverão ser assinados através de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue à Entidade Adjudicante um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Quando pela sua natureza, qualquer documento dos que constitua as propostas não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve o mesmo ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante;
 - b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à Entidade Adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta;
 - c) Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

Artigo 13.º – Prazo para Apresentação das Propostas

1. As propostas e os documentos que as constituem deverão ser apresentados até às **23h59 (hora continental) do 6.º (sexto) dia** após o envio do convite.
2. As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão.
3. De acordo com a alínea g) 1º do artigo 70º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que o concorrente efetiva a entrega da proposta após o respetivo carregamento em plataforma eletrónica.

4. Após a submissão, o concorrente recebe um recibo eletrónico comprovativo do facto, com registo da identificação da Entidade Adjudicante, do procedimento ao qual apresentou proposta, bem como, da data e hora da submissão.
5. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Artigo 14.º – Prazo de Manutenção das Propostas

O prazo de manutenção das propostas será de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 15.º - Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
2. São excluídas as propostas relativamente às quais se verifique qualquer uma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16.º - Esclarecimentos sobre as Propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que, não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O júri do procedimento, quando aplicável, solicitará aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
 - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a

comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo a declaração do Anexo I ao presente Código ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;

- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.
4. O júri do procedimento pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo ínsitos nas propostas apresentadas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos do seu suprimento.
5. Os pedidos efetuados pelo júri do procedimento referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, sendo desse facto imediatamente notificados todos os concorrentes.

Secção III – Seleção do Adjudicatário

Artigo 17.º – Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será realizada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, determinada pela modalidade **“MONOFATOR”**, correspondendo ao mais baixo preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 74.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.
2. Critério de desempate
- 2.1. Se ficarem graduadas em primeiro lugar duas ou mais propostas, ou seja, em situação de empate, serão as mesmas ordenadas e adjudicada à proposta que apresentar, pela seguinte importância:
- a) O menor valor resultante da multiplicação da quantidade estimada pelo preço unitário proposto para o **“item 3 – Peras”**;
 - b) Após aplicação da alínea anterior, e caso ainda se verifique a situação de empate, o menor valor resultante da multiplicação da quantidade estimada pelo preço unitário proposto para o **“item 1 – Bananas”**.

2.2. Se ainda assim, ficarem graduadas em primeiro lugar duas ou mais propostas, ou seja, em situação de empate técnico, o desempate será concretizado através da realização de um sorteio.

- a) A data, hora e local do sorteio a realizar serão notificadas, com o Relatório Final, aos concorrentes graduados em primeiro lugar;
- b) O sorteio será composto por tantas bolas, numeradas sequencialmente, quanto as propostas em situação de empate, com início no número 1 e acondicionadas num saco preto;
- c) Os representantes dos concorrentes devidamente credenciados no ato do sorteio, retiram do saco uma bola, sendo que a primeira bola a ser retirada será pelo concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e assim sucessivamente, até todos os concorrentes terem retirado uma bola;
- d) Em caso de ausência no sorteio ou havendo recusa em retirar a bola do saco por parte de um dos concorrentes, o mesmo será representado por um dos elementos do Júri, designado pelo Presidente do Júri;
- e) Terminado o processo de extração das bolas, ficará em primeiro lugar a proposta que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;
- f) Do sorteio realizado será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais;
- g) Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 18.º – Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri do procedimento elabora um relatório preliminar fundamentado, no prazo de três dias, no qual propõe a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar o Júri do procedimento deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos nos artigos 70.º e 122.º do CCP.

Artigo 19.º – Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri do procedimento envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhe um prazo de três dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 20.º – Relatório Final

1. Cumprida a audiência prévia, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 124.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como, quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, restrita aos concorrentes interessados, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de consulta prévia, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 21.º – Adjudicação no Caso de Apresentação de Uma Única Proposta

1. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. No caso previsto no número anterior, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

Artigo 22.º - Notificação da Adjudicação

1. Após a decisão de adjudicação, a entidade convidada cuja proposta foi ordenada em primeiro lugar é notificada eletronicamente, desse mesmo ato, na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade convidada cuja proposta foi ordenada em primeiro lugar será notificada para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente convite e no artigo 81.º do CCP.

Artigo 23.º – Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar em suporte digital, através de plataforma eletrónica, no prazo de **5 (cinco) dias**, (alínea j) número 1 artigo 115º) após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - i. Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, o da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o Adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente, no caso de o concorrente ser pessoa coletiva, ainda que integrada em agrupamento de concorrentes, ou cópia da declaração de início de atividade no caso de se tratar de empresário em nome individual, ou ainda, no caso de Associação a ata da assembleia geral que designa a direção e a respetiva escritura pública de associação;
- d) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV ao presente Convite;
- e) Documento comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos do disposto na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e na Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.

As declarações e os documentos referidos neste ponto devem ser todos assinados individualmente, através de assinatura digital qualificada da entidade convidada ou de representante que tenha poderes para a obrigar.

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário selecionado pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço no sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. O Adjudicatário selecionado deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação, sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues, desde que se encontre dentro do prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação.
4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o Adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
5. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
6. Fixa-se o prazo de 4 dias úteis para supressão de qualquer irregularidade que possam apresentar os aludidos documentos.

Artigo 24.º – Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução em virtude do preço contratual ser inferior a 500.000 €.

Secção IV – Celebração do Contrato

Artigo 25.º Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato será enviada ao Adjudicatário, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, nos termos do presente Convite, para aceitação.

2. A minuta considera-se aceite pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando em relação à mesma não seja apresentada reclamação nos cinco dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 26.º - Contrato

1. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
2. O prazo para a outorga e remessa do contrato é de 10 dias contados da data da notificação para o efeito, através da plataforma de contratação pública.
3. Caso o prazo infra não permita dar cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, o mesmo será encurtado no número de dias que permita que a outorga do contrato tenha lugar no prazo máximo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação. Deste encurtamento não pode resultar prazo inferior aos prazos mínimos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Não é exigível a redução do contrato a escrito quando se verifique o disposto no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos.

Secção V – Disposições Finais

Artigo 27.º - Legislação Aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente convite, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente, os seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- b) Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014
- c) Código do Procedimento Administrativo;
- d) Demais legislação aplicável.

Artigo 28.º Anexos

Em anexo remetem-se:

Caderno de Encargos, inerente ao procedimento em causa, elaborado de acordo com o disposto no artigo 42.º do CCP.

Anexo I – Modelo de Declaração *(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)*

Anexo II – Modelo de Declaração *(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)*

Anexo III – Formulário de Proposta

Anexo IV – Modelo de Declaração *(Comunicações/Notificações, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CCP)*

ANEXO I – Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a)...
 - b)...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a

caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III – Formulário de Proposta

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 da cláusula 10.º)

... (identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) de (identificação da sociedade ou agrupamento), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de Consulta Prévia, com vista à **“Aquisição de fruta da Época - Ano Letivo 2024/2025”**, pelo Município de Coruche, obriga-se a executar o contrato de aquisição objeto do presente procedimento, com os preços indicados na seguinte tabela de preços unitários, aos quais acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, a qual faz parte integrante da presente proposta e até ao limite fixado para término do procedimento ou o valor máximo contratual (Cláusula 10.º do Caderno de Encargos), conforme o que ocorrer primeiro.

Artigo	Designação do Produto	Unidade	Quantidades Estimadas	Preço unitário s/ IVA (€)	Preço total s/ IVA (€)
1	Bananas	Kg	3500	- €	- €
2	Maçãs	Kg	3000	- €	- €
3	Peras	Kg	3000	- €	- €
4	Laranjas	Kg	1800	- €	- €
5	Clementinas	Kg	1500	- €	- €
Total					- €

Valores acrescidos de Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor

Da aplicação dos preços unitários assim propostos às quantidades estimadas, resulta um preço total de **(Indicação do preço) €**, ao qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor de **(indicar taxa de IVA) %**.

[Local, data e assinatura].

ANEXO IV – Modelo de Declaração

(Comunicações/Notificações, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CCP)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara para os devidos efeitos, que as notificações/comunicações entre as partes, nos termos do Código dos Contratos Públicos, devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo, sendo os contactos desta entidade os seguintes:

a) Por:

Telefone número: **(indicar número)**

Telemóvel número: **(indicar número)**

b) Por carta registada com aviso de receção, para a morada:

(indicar morada)

c) Por correio eletrónico:

(indicar endereço(s) de correio eletrónico)

... (local),... (data),... [assinatura].